

CONTRATO PARTICULAR DE PARCERIA RURAL

Que entre si fazem, **Maria-Ivonete Rebouças**, brasileiro(a), casado(a), inscrito no RG sob o nº 2463052-92, e CPF nº 567.059.053-87, residente e domiciliado em Sítio Antonópolis, Zona Rural, Jaguaruana-CE, doravante denominado **PARCEIRO REPRESENTANTE LEGAL DO PROPRIETÁRIO**, e de outro lado, **Aldeiso Oliveira Da Silva**, brasileiro(a), casado(a), agricultor(a), inscrito no RG sob o nº 2004010396350, e CPF nº 370.597.503-04, residente e domiciliado em Sítio Antonópolis, 0, Zona Rural, Jaguaruana-CE, doravante denominado **PARCEIRO CONTRATADO**, firmam o presente contrato nas seguintes condições:

1. O PARCEIRO REPRESENTANTE LEGAL DO PROPRIETÁRIO, legítimo proprietário de um imóvel rural, denominado em Sítio Saco Do Medico, e localizado em Estrada Jaguaruana A Antonópolis Km 09, com registro do imóvel na Receita Federal / INCRA sob o nº 1.598.477-0 com área total de 19,8Ha.
2. Consiste objeto do presente contrato de parceria rural a área de 1,00Ha, que será utilizada para lavoura em geral, cultivo de milho, pastagens, pecuária de leite, etc.
3. O PARCEIRO CONTRATADO não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato sem prévio consentimento do PARCEIRO PROPRIETÁRIO.
4. O valor do presente contrato será o equivalente a 25% da produção líquida, que será acertado a cada final de período de produção.
5. O prazo da parceria é de 05 (cinco) anos, tendo início a partir do dia da assinatura do presente contrato.
6. O PARCEIRO CONTRATADO não poderá fazer nenhuma modificação na propriedade parte integrante do presente contrato, sem prévia autorização do PARCEIRO PROPRIETÁRIO, sempre baseado na lei que rege o Estatuto da Terra e Código Civil.
7. As partes elegem o foro da Comarca de Jaguaruana-CE para esclarecimentos de dúvidas a respeito do presente contrato.

E por estarem as partes, PARCEIRO PROPRIETÁRIO e PARCEIRO CONTRATADO, em pleno acordo, em tudo quanto se encontra disposto neste instrumento particular, subscrevem em 2 (duas) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Jaguaruana - CE em 11/11/2022.



Maria Ivonete Rebouças
REPRESENTANTE LEGAL

Aldeiso Oliveira Da Silva
PARCEIRO

RECONHECIMENTO DE FIRMA
NO VERSO




Reconheço a(s) firma(s) Por comparecimento
de Maria Luíza de Albuquerque Dou fé:
Jaguaruana/CE, 11 de 11 de 2022
Em Testemunho me da verdade.
Eco
Bel Francisco Barbosa - Oficial
Maria de Fátima A. Barbosa - Substituta
Helga Monyke Araújo Barbosa - Substituta
Marina Araújo Barbosa - Substituta
válido Semente Com Selo de Autenticidade



Reconheço a(s) firma(s) Por Autenticidade
de Aldeiso Oliveira da Dou fé:
Jaguaruana/CE, 11 de 11 de 2022
Em Testemunho me da verdade.
Eco
Bel Francisco Barbosa - Oficial
Maria de Fátima A. Barbosa - Substituta
Helga Monyke Araújo Barbosa - Substituta
Marina Araújo Barbosa - Substituta
válido Semente Com Selo de Autenticidade

CARTEIRO BARBOSA 2º OFÍCIO
Comarca de Jaguaruana - Ceará
Eridinhu Costa da Silva
Escrivente Autorizada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
370.597.503-04

Nome
ALDEISO OLIVEIRA DA SILVA

Nascimento
28/09/1968

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

INSS
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Relações Previdenciárias

Identificação do Filiado

NIT: 272.15558.15-6

CPF: 057.130.943-75

Nome: FABIANA RODRIGUES ALVES

Data de nascimento: 04/12/1991

Nome da mãe: JULIETA RODRIGUES ALVES

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiado no Vínculo	Matrícula do Trabalhador	Data Início
1	212.45596.41-3	00.465.813/0001-57	DAKOTA NORDESTE S/A	Empregado		21/08/2019



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 221216CENTRAL-4-2MAE03

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, observados os arts.19 ao 19-F do RPS aprovado pelo Decreto 3.048/99. O segurado contribui ao RGPS a competência cujo valor consolidado seja igual ou superior ao salário mínimo, sendo assegurados os ajustes de complementação, utilizados no art.14 do art.195 da CF/1988 e art.29 da EC 103/2019.